

Contribuições contemporâneas da Teoria da Reprodução Social: totalidade social e o debate sobre as opressões

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca¹

Resumo: O presente artigo visa apresentar o que considera as principais contribuições da Teoria feminista-marxista da Reprodução Social (TRS) em sua forma contemporânea para o debate sobre as múltiplas relações de opressão no capitalismo. Por TRS contemporânea, compreendo as recentes contribuições do campo de diálogo liderado por Tithi Bhattacharya, e pelas autoras que subscrevem o manifesto internacionalista *Feminismo para os 99%*, publicado no Brasil em março de 2019. Este conforma hoje, um dos setores mais pulsantes e críticos do movimento feminista-marxista mundial. Para isso, faremos uma breve reconstrução do surgimento da TRS enquanto uma teoria unitária, sistematizada pela primeira vez por Lise Vogel em 1983, e, através de uma exegese da noção de totalidade social tal qual desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse*, destaco as principais contribuições da TRS em sua forma contemporânea. Esta última, visa resgatar explicitamente a noção marxiana de totalidade social para o estudo das relações de opressão, exploração e alienação no capitalismo. Acredito que, assim como ensina a TRS, compreender o sentido marxiano de totalidade pode nos oferecer uma importante chave para o estudo das opressões nas sociedades capitalistas.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social. Feminismo. Marxismo. Totalidade Social.

Abstract: This paper aims to present what it considers the main contributions of the contemporary form of Social Reproduction Theory (SRT) to the debate on multiple relations of oppression under capitalism. By contemporary SRT, I understand the recent contributions from the field of dialogue led by Tithi Bhattacharya, and by the authors who subscribe to the internationalist Feminism for the 99% Manifesto, published in Brazil in March 2019. It forms today one of the most pulsating and critical sectors of the Marxist-feminist movement worldwide. To do so, I intend to briefly reconstruct the emergence of SRT as a unitary theory, first systematized by Lise Vogel in 1983, and to highlight the main contributions of SRT in its contemporary form, through a discussion of the notion of social totality as developed by Karl Marx in the *Grundrisse*. Recent contributions to SRT aims to explicitly rescue the Marxian notion of social totality for the study of relations of oppression, exploitation and alienation in capitalism. I believe that understanding the Marxian sense of the social whole can offer us an important key to the study of oppression in capitalist societies.

Keywords: Social Reproduction Theory. Feminism. Marxism. Social Totality.

¹Programa de Pós-Graduação em Direito/UERJ.

A Teoria da Reprodução Social (TRS) é fruto de um acúmulo histórico de debates feministas-socialistas, sobretudo aqueles que floresceram após as lutas de 1968 e se concentraram nos debates sobre o trabalho doméstico da década de 1970². Em um primeiro momento, ela buscou desenvolver a teoria marxista do valor-trabalho para incluir uma compreensão sobre as formas não-remuneradas de trabalho feminino e responder qual seria a base material da opressão de gênero no capitalismo. Diferentemente de outras teorias que explicavam a opressão de gênero a partir de uma perspectiva dualista (HARTMANN, 1981), isto é, considerando a persistência de um sistema patriarcal, pré-capitalista e trans-histórico que se combinaria com o sistema capitalista, a TRS buscou uma explicação unitária para a existência da opressão de gênero, entendendo o sistema capitalista como o complexo de relações sociais que, subordinadas à lógica do valor, compõem o sistema social em que vivemos.

Esta perspectiva pressupõe, portanto, desde sua gênese, uma tentativa de aproximação – ainda que, por vezes, implícita – da noção marxiana de totalidade social. Conforme demonstraremos ao longo deste trabalho, em formulações contemporâneas que buscaram superar as principais críticas que a formulação inicial de Lise Vogel (2013 [1983]) sofrera, a TRS se reaproximou desta noção, recuperando-a explicitamente em contribuições mais recentes como nas obras de Tithi Bhattacharya e David McNally (2017). A partir do resgate da perspectiva de Marx sobre a totalidade social, este trabalho busca apresentar uma compreensão mais aprofundada sobre as principais contribuições da TRS em sua forma contemporânea, considerando as suas potencialidades como uma interpretação teórica que nos permite compreender a unidade

² Iniciado em 1969 com a publicação do artigo *The Political Economy of Women's Liberation* [A economia política da libertação das mulheres] de Margaret Benston nos Estados Unidos da América (EUA), o Debate sobre o Trabalho Doméstico tomou a forma de uma série de artigos amplamente divulgados e discutidos por autoras e ativistas feministas-socialistas, em um esforço internacional que, embora concentrado no Norte Global, procurou levar as experiências das mulheres – até então epistemologicamente marginalizadas – ao coração da teoria marxista do capitalismo (MORTON, 1970; DALLA COSTA; JAMES, 1971, SECCOMBE, 1974). Considerado um debate inconcluso, este debate se ocupou de duas questões centrais: 1. se o trabalho doméstico produzia mais-valia ou valor (e, portanto, se era produtivo ou improdutivo); e 2. se trabalho doméstico constituía um modo de produção em si mesmo, distinto ou análogo ao modo de produção capitalista. Vogel (2013 [1983]) considera a primeira questão já superada pelas próprias feministas-marxistas que a precederam, tais como Benston (1969) e Young (1981): o trabalho doméstico produz apenas valor de uso, não valor de troca e, portanto, não produz diretamente mais-valia. No que tange à segunda questão, as autoras concluíram que “possivelmente”, o trabalho doméstico é um modo de produção próprio, que opera de acordo com uma lógica distinta, pré- ou não-capitalista (ibidem, p. 28-29). Para Vogel, entretanto, esta última conclusão indica que nenhuma autora do debate sobre o trabalho doméstico foi capaz de superar completamente a perspectiva dualista, segundo a qual, apesar das recorrentes afirmações da existência de uma “relação inextricável” entre a opressão de classe e de gênero, percebe ambas logicamente como fenômenos autônomos e o deixa o caráter dessa relação não especificado (VOGEL, 2013 [1983], p. 134-135).

entre as múltiplas opressões – de gênero, raça e classe, sexualidade e tantas outras – e sua *relação* com o capitalismo. Elaborar teoricamente sobre essa questão é importante porque a forma como um problema é enquadrado, colocado e pensado, determina sua solução – e o problema que a teoria da reprodução social se coloca é estabelecer uma alternativa viável à totalidade das relações sociais de desigualdade, exploração, opressão e alienação que compõem o mundo em que vivemos.

A perspectiva da Reprodução Social segundo Lise Vogel: uma teoria unitária

A primeira tentativa de sistematizar a perspectiva da reprodução social enquanto uma *teoria unitária*³ sobre a opressão das mulheres e sua *relação* com o capitalismo, foi o livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* [Marxismo e a Opressão das Mulheres: Por uma Teoria Unitária], de Lise Vogel, publicado em 1983 nos EUA. No início da década de 1980 – mesmo após a ebulição de lutas socialistas protagonizadas pelos povos subalternizados no Sul Global e do exaustivo debate feminista-marxista que compusera os movimentos de libertação das mulheres até ali – o campo marxista permanecia, em sua maior parte, hostil à ideia de revisão teórica.

Recorrentemente, a dinâmica da acumulação capitalista era reduzida à exploração do trabalho assalariado, o que restringia a noção marxiana de totalidade social⁴. As relações “de classe” eram compreendidas como aquelas que se desenvolviam no espaço exclusivo da produção, i.e., no local de trabalho. Da categoria “classe” eram abstraídos os componentes de raça, gênero e sexualidade, de modo que prevalecia a indiferença de parte considerável do campo marxista quanto às especificidades locais e

³ Ainda hoje pouco conhecida no Brasil, tal proposta consiste no resgate da tradição marxiana e na revisão da teoria marxista para a formulação de uma abordagem teórica integrada das relações sociais enquanto partes de uma totalidade complexa, contraditória e constituída de relações de exploração, dominação, opressão e alienação. A viabilidade de construção de uma teoria unitária das relações sociais foi intensamente debatida no contexto de lutas por emancipação e reconhecimento impulsionadas pelos movimentos culturais e políticos que se desencadearam a partir de 1968. Sua necessidade surgiu do enfrentamento a teorias críticas fragmentárias sobre a relação entre o capitalismo enquanto modo de produção e os chamados sistemas de dominação e opressão. A perspectiva feminista-marxista unitária refuta a compreensão que, por um lado, restringe as relações de produção à esfera econômica e, por outro, concebe relações de dominação e opressão (tal qual a opressão das mulheres) como relações autônomas, pertencentes à esfera política, social ou cultural, externas à lógica da produção. Uma teoria unitária clama, portanto, por uma perspectiva que supere as dicotomias entre produção e reprodução social, natureza e cultura, e em última instância, base econômica e superestrutura política.

⁴ Para uma definição de totalidade social no sentido marxiano, ver o item seguinte.

configurações sociais no interior da classe trabalhadora. A categoria *proletariado*, portadora da subjetividade revolucionária, era ligada, de forma idealista, ao típico trabalhador formal do Estado de Bem-Estar Social europeu: homem, branco e provedor (WILLIAMS, 1995). Prevalcia, ainda, uma concepção funcionalista e determinista, que tendia a ver as relações sociais como uma superestrutura⁵ determinada pela *base econômica*, em uma relação de causa e consequência na qual cada uma teria uma função específica para o funcionamento do modo de produção capitalista.

Na busca pela *base material* da condição de opressão das mulheres sob o capitalismo, Vogel (2013 [1983]) propôs o retorno à teoria da sociedade de Marx e o resgate de suas categorias centrais na arquitetura conceitual de *O Capital*, desafiando a tradição marxista hegemônica ao propor um balanço da abordagem socialista clássica sobre a *Questão da Mulher*. A autora estabeleceu como premissa de sua investigação a produção e reprodução diária e geracional da *força de trabalho*, categoria essencial para a teoria marxiana do valor-trabalho. Vogel (2013 [1983]) questionou como essa mercadoria especial – responsável pela produção de mais-valia e de todas as outras mercadorias – seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista. A resposta, inevitavelmente, levava à necessidade de uma análise mais profunda da relação estrutural existente entre produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, realizados, em sua maioria, através de trabalho não-remunerado feminino no âmbito doméstico. À esta análise caberia explicar a permanência da responsabilidade desproporcional atribuída às mulheres e do caráter desvalorizado deste trabalho, que envolvia uma miríade de atividades de manutenção e reprodução geracional da força de trabalho ativa e da superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva e aqueles inaptos para o trabalho.

Ao direcionar sua análise para o processo de produção da força de trabalho, a investigação pioneira de Vogel chega à conclusão de que o trabalho reprodutivo – que engloba uma série de tarefas socialmente naturalizadas e geralmente não-remuneradas

⁵ A metáfora da “base” (ou infraestrutura) e “superestrutura”, popularizada pelo *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, aparece raras vezes na obra de Marx. Ela guarda a ideia de que a realidade social é composta por diferentes “esferas”: uma base, a economia, e uma superestrutura, que reuniria política, direito, cultura, ideologia, etc. Estas duas esferas manteriam uma relação externa entre si e a esfera econômica determinaria a superestrutura. Como aponta Wood (2011 [1995], p. 51-72), nesta concepção, a esfera econômica seria praticamente sinônimo de “forças técnicas de produção”, i.e., compreenderia o processo e as relações de produção. Esta noção se tornou hegemônica durante décadas no marxismo ocidental, sobretudo através da obra de Louis Althusser. Porém, diversos autores como EP Thompson (1987) e Ellen Wood (2000) se dedicaram a demonstrar que esta constituía uma metáfora equivocada da realidade social.

como a gestação, parto, lactação, cuidado das crianças, doentes e idosos, limpeza e nutrição – é essencial para a produção e reprodução da força de trabalho e assim, se constituiu historicamente como condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista. Entretanto, a autora destaca que, mesmo em uma sociedade capitalista, o trabalho reprodutivo pode se organizar de outras formas, como em creches, orfanatos, escolas, internatos e restaurantes (privados ou públicos), e sua reposição geracional pode ser feita através da escravidão ou da migração. Portanto, não seria a *necessidade* desse trabalho em si que constituiria a base material para a opressão das mulheres. Esta base, para Vogel, estaria situada na relação que historicamente se constituiu entre a condição biológica do corpo sexuado feminino e as relações sociais de produção dominantes⁶. Sua especificidade se encontra no fato de que o modo privado como se dá essa relação no capitalismo universaliza a desigualdade de gênero para mulheres de todas as classes sociais – embora este trabalho seja desproporcionalmente realizado por mulheres da classe trabalhadora na forma de trabalho doméstico remunerado e, na maioria das vezes, não-remunerado.

Em outras palavras, a conclusão de Vogel é que as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, ou devido à algum impulso patriarcal trans-histórico que insiste em colocar homens contra mulheres. As raízes sócio-materiais, ou seja, a base material da opressão das mulheres sob o capitalismo está na *relação estrutural entre a reprodução biológica e a reprodução do capital*. É por esta relação que o capital e o Estado precisam conseguir regular a capacidade biológica das mulheres de produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja sempre disponível para a exploração.

Tanto as conclusões quanto o método utilizado por Vogel foram alvo de críticas e desenvolvimentos posteriores, e configuram a base da Teoria da Reprodução Social

⁶ Cabe ressaltar aqui que, precisamente, “não é biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista” (FERGUSON; MCNALLY, 2017 [2013], p. 40). Assim, para Vogel, mesmo que homens assumam grande parte do trabalho doméstico ou que o trabalho reprodutivo não seja realizado no interior da unidade familiar, fato de que esta é uma tarefa predominantemente privada, e sobretudo realizada de acordo com o fato biofísico de que a procriação e a amamentação requerem corpos sexuais-femininos, explica as *pressões sociais* que fazem com que a *forma família* se mantenha e que nela haja uma conformidade com a desigualdade de gênero (FERGUSON; MCNALLY, 2017[2013], p. 35).

contemporânea. Dentre as críticas sofridas por Vogel, duas são especialmente importantes para o estudo das opressões. Apesar da dimensão unitária proposta por Vogel (2013 [1983]) – e sua pretensão de ajustar o marxismo à realidade social tal como experienciada pelas mulheres –, esta reproduzia uma concepção metodológica que abstraía a categoria “mulher” de suas determinações de raça (e por vezes de classe), o que ironicamente a aproximava da concepção marxista ortodoxa que ela própria propunha combater. Em ambas as concepções, o processo de abstração resultava na invisibilização de aspectos determinantes da realidade representada pela categoria, desconsiderando parte significativa da totalidade social. A opção metodológica da autora, bem como seu silêncio quanto às demais formas de opressão, tornaram-se importantes pontos de crítica à sua obra. A maior parte da tradição feminista de sua época incorria no mesmo problema.

Em contraste, desde fins da década de 1960, feministas-socialistas negras como Francis Beale (2005 [1969]), as ativistas do *Combahee River Collective* (1977) e Angela Davis (2016 [1981]) buscavam abordar a totalidade social e suas relações particulares de classe, raça, e gênero como inseparáveis. Elas retomavam uma tradição que remontava às lutas abolicionistas do século XIX e que ficou conhecida como Feminismo Negro. Para estas autoras, se as múltiplas relações de opressão e exploração eram imbrincadas na realidade, deveriam ser inseparáveis também analiticamente. Porém, esta perspectiva não encontrou espaço no interior do feminismo-marxista, que por sua vez, permaneceu minoritário em relação ao marxismo. A construção de uma teoria unitária, assim como os debates marxistas-feministas sobre o trabalho doméstico da década de 1970, permaneceu em aberto e por vezes foi endereçada por tradições não-marxistas.

A publicação do livro de Vogel (2013 [1983]) foi seguida por anos de crise do campo marxista. Diante da ascensão e estabilização da ordem neoliberal, o quadro hegemônico de intervenção teórica passou a ser ocupado pelas teorias pós-modernas, impulsionadas pela virada linguística. Estas teorias repudiavam as chamadas “grandes narrativas” e dispensavam a crítica à economia política como modelo explicativo válido para compreender suficientemente as relações sociais de exploração, dominação e poder em sua complexidade (FERGUSON; MCNALLY, 2017 [2013], p. 25). Recorrentemente, neste período, a filosofia marxiana – e a noção de totalidade – foi questionada enquanto teoria da sociedade, reforçando um movimento de desqualificação já deflagrado pela crise do socialismo soviético. Mesmo as análises que buscavam

articular gênero, raça e/ou pós-colonialidade com a noção de classe, totalidade ou estrutura social, passaram a configurar campos de investigação minoritários diante do giro antiprodutivista⁷ que atingiu a teoria social crítica. Houve um crescente esquecimento do método dialético e afastamento da perspectiva marxiana da totalidade social.

Durante a década de 1990, a adoção parcial e fragmentada da teoria de Marx – ora pelas organizações socialistas que permaneciam na defesa de uma noção limitada de classe, ora pelas organizações feministas ou antirracistas que buscavam construir teorias próprias para explicar as relações de opressão – estabeleceu uma maior confusão quanto à compreensão dialética da totalidade. Relações entre essência-aparência, teoria-prática e natureza-cultura embaralhavam-se, e refletiam aquilo que Vogel caracterizou como indistinção entre nível de abstração teórico e empírico (VOGEL, 2013 [1983], p. 184-195). Políticas identitárias (*identity politics*)⁸, emergidas da luta radical no interior de movimentos de emancipação em oposição à uma noção restrita do proletariado e ao dogmatismo de alguns setores da teoria marxista, foram progressivamente cooptadas pela ideologia neoliberal e institucionalizadas (SALEM, 2016). Elas passaram a constituir, com frequência, um campo teórico-prático individualista (HEIDER, 2018, p. 23). Se, por um lado, estas políticas foram responsáveis por um período de plena expansão do que se convencionou chamar “direitos das minorias” e das lutas por reconhecimento em todo o mundo, por outro foram incapazes de reduzir os níveis de desigualdade social e reprodução das hierarquias sociais existentes (COULTHARD, 2007).

Percebemos o legado deste processo através da conjuntura na qual vivemos hoje, na segunda década do século XXI: intensificação das desigualdades sociais, extrema fragmentação político-teórica da classe trabalhadora e ascensão de um ciclo conservador e autoritário em todo o mundo. É neste cenário que, na última década, o feminismo-marxismo da reprodução social ressurge. Após um longo período de ostracismo, a

⁷ Para uma análise crítica do giro antiprodutivista no âmbito da sociologia do direito, cf. Gonçalves, 2014.

⁸ Adoto aqui o conceito de política identitária desenvolvido por Heider (2018, p. 23): “Em sua forma ideológica contemporânea, mais do que sua forma inicial como teorização de uma prática política revolucionária, as políticas de identidade (*identity politics*) constituem um método individualista. É baseado na demanda do indivíduo por reconhecimento e leva a identidade desse indivíduo como ponto de partida. Assume essa identidade como certa e suprime o fato de que todas as identidades são socialmente construídas. E porque todos nós necessariamente temos uma identidade que é diferente da de todos os outros, isso prejudica a possibilidade de auto-organização coletiva. O quadro de identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a obter reconhecimento como indivíduo, em vez de ser membro de uma luta coletiva, e coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política de identidade acaba paradoxalmente reforçando as próprias normas que se propõe a criticar”.

proposta de criação de uma teoria unitária, iniciada por Vogel (2013 [1983]), toma forma enquanto campo teórico-prático contemporâneo, sob o nome de Teoria da Reprodução Social (*Social Reproduction Theory*), e se insere em um contexto de ebulição de novas experiências de luta e mobilizações espontâneas de massas que traduzem as contradições do período em que vivemos. Recorrentemente, o conflito social tem sido traduzido por pautas que relacionam produção e reprodução social, exploração e opressão. Saúde, moradia, terra, água e alimentação, mudanças climáticas, a defesa do direito à vida e ao bem-viver, lutas por direitos sexuais e reprodutivos, reações a leis discriminatórias, ao racismo e à violência policial, salários e condições de trabalho são alguns exemplos de reivindicações que dominaram a indignação e os protestos neste período⁹.

Ao mesmo tempo que tais movimentos têm sido alvo de intensa repressão por parte do Estado, ainda é recorrente que sejam caracterizados por intelectuais marxistas como ações que não ameaçam a dinâmica do sistema capitalista em razão de seu alegado caráter “econômico-utilitário” e “reformista”, avesso ao projeto revolucionário/anticapitalista (HARVEY, 2015a; 2015b). Opondo-se à esta perspectiva, feministas-socialistas e autores marxistas engajados na tentativa de desenvolver uma teoria unitária têm debatido o potencial revolucionário e o caráter classista destas mobilizações (BHATTACHARYA, 2017; ROEDIGER, 2017; SALEM, 2017). As autoras da TRS em sua forma contemporânea estão inseridas na organização de greves de mulheres e na liderança de um apelo para a reorganização do movimento feminista a nível global, a construção de um feminismo para os 99% (ARRUZZA, et al., 2019). Assim, o ressurgimento do interesse na obra de Vogel (2013 [1983]) – reeditada em 2013 – reflete essa nova onda de ebulição política, impulsionada pelos crescentes

⁹ Algumas dessas mobilizações, como o movimento *Black Lives Matter*, serão abordadas ao longo desta dissertação. Aqui, é pertinente destacar as recentes mobilizações feministas como a grande Marcha das Mulheres em 21 de janeiro de 2017 nos EUA, cuja pauta se estendeu também contra o controle de direitos sexuais e reprodutivos e as leis anti-imigração de Donald Trump. Estas mobilizações prepararam o terreno para a Greve Internacional de Mulheres em 8 de março de 2017, mobilização massiva de mulheres em mais de 50 países, seguida da publicação do manifesto que ficou conhecido como *Manifesto por um feminismo para os 99%*, liderado por feministas-marxistas da reprodução social. Em 2018, na Argentina, o movimento “Ni Una a Menos” levou milhões de pessoas às ruas na luta pela legalização do aborto, em pautas que problematizavam a desigualdade do acesso ao procedimento – bem como à educação e à saúde de qualidade – entre as diferentes classes sociais. No Brasil, é possível perceber um movimento similar. O ressurgimento do movimento de mulheres no contexto de resistência ao neoliberalismo têm tido forte protagonismo de mulheres negras que, com intensa produção teórica feminista negra e anticolonial, e mantendo diálogo direto com ativistas de diversos países da diáspora africana, em 2015 marcharam por todo o país ocupando a capital, Brasília, em um movimento que reuniu mais de 50 mil mulheres pelo fim do genocídio da população negra e por melhores condições de vida, na Primeira Marcha Nacional De Mulheres Negras: Contra o Racismo, a Violência e o Bem-Viver. Grande parte das mulheres que marcharam em 2015 se somaram também nas mobilizações da Greve Internacional de Mulheres de 2017.

esforços de recuperar e desenvolver a teoria da sociedade de Marx. Tais esforços visam a superação das representações reducionistas ou deterministas do marxismo ao expor a totalidade orgânica do capitalismo enquanto sistema em movimento (BHATTACHARYA, 2017, p. 14). O primeiro passo para a compreensão desta teoria, que abre as condições de possibilidade para a renovação do pensamento marxista no século XXI e para a reconstrução de pontes de solidariedade entre as frações da classe trabalhadora, é o reestabelecimento do pensamento de Marx enquanto uma teoria da totalidade social.

Resgatando o pensamento de Marx enquanto teoria da totalidade social

É nos *Grundrisse* que Marx (2011 [1857-1858]), define de forma explícita a categoria de totalidade social e articula as noções de *aparência* (identidade) e *essência* (diferença)¹⁰ ao enfrentar a questão de como operam as relações históricas gerais no interior da produção capitalista e qual seria a relação deste modo de produção com o movimento histórico geral. A categoria de totalidade social aponta a complexidade da realidade material e dos processos de apreensão desta realidade através do conhecimento científico.

Uma das afirmações mais famosas de Marx acerca da totalidade social é: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011 [1857-1858], p.54). Esta afirmação sintetiza um dos aspectos centrais da filosofia marxiana e resume o sentido do materialismo histórico dialético que pretendo aqui resgatar: a unidade da diversidade; uma compreensão segundo a qual o real é entendido como síntese de múltiplas determinações concretas que são específicas, singulares, particulares e distintas – apenas na mesma medida em que formam um todo contraditório, um *universal*. É neste complexo de relações sociais concretas que cada categoria ganha sentido sistemático apenas por meio de seu posicionamento com respeito às outras categorias e ao todo. Assim, a noção marxiana de totalidade social nos permite *afirmar a distinção de cada relação social específica*

¹⁰ Aqui, enquanto o termo “identidade” refere-se à equivalência formal entre trabalhadores e capitalistas no momento da troca de mercadorias, o termo “diferença” refere-se estritamente à desigualdade material resultante do processo contínuo de separação dos produtores dos meios de produção e subsistência.

que constitui o capitalismo – como o racismo e o sexismo – sem suprimir a sua unidade e determinação, e nem as homogeneizar.

Ao analisar a produção material, i.e., a produção dos indivíduos socialmente determinada, Marx (2011 [1857-1858], p. 39-40) evidencia que a concepção dos economistas e liberais clássicos – aquela de que haveria um impulso natural que condicionasse o comportamento dos indivíduos isolados em uma espécie de “contrato social” – é apenas uma visão parcial e idealizada da realidade, uma *aparência* da sociedade burguesa. Tal relação social *aparece*, para estes autores, como ponto de partida natural da história, não como o resultado de um processo histórico. Uma investigação histórico-dialética é capaz de demonstrar como o indivíduo produtor – na visão dos liberais, isolado em um passado idílico – em verdade, é membro de um todo social maior, que o coloca em uma relação desigual com aquele que compra sua força de trabalho. A partir do ponto de vista daqueles que são constantemente expropriados e explorados pelo capital, Marx se contrapõe à perspectiva sustentada pelos liberais, e afirma que por trás dessa igualdade aparente há também desigualdade, diferença, não-identidade. Do ponto de vista dos expropriados, essa sociedade de igualdade e liberdade é, na verdade, extremamente desigual e violenta: a troca de equivalentes não é troca, é uma relação de exploração; a chamada “acumulação primitiva de capital” é um processo histórico de pilhagem, de roubo, de colonialismo, de expropriação.

Para isso, Marx afirma que “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (*ibidem*, p. 41). Ele destaca que todas as épocas históricas da produção têm certas características em comum, *determinações* em comum; a *produção em geral*, então, seria uma abstração razoável, na medida em que destaca e fixa este elemento comum, um *Universal*. Este *Universal*, por sua vez, isolado por comparação histórica, “é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações” (*ibidem*, p. 41). Ele contém também uma diferença, e é precisamente esta diferença o que constitui o seu desenvolvimento e não pode ser esquecida – ainda que isolemos as determinações comuns (que segundo o autor decorrem do fato de que o sujeito e o objeto da investigação são os mesmos: a humanidade e a natureza, respectivamente).

O foco nas determinações comuns e o esquecimento da diferença implicariam, necessariamente, em uma perspectiva deturpada da realidade social. Como exemplo, o autor demonstra que nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, e

que este instrumento é ele mesmo trabalho passado, acumulado (ainda que o instrumento seja a mão de quem produz, o trabalho passado seria a habilidade concentrada nesta mão para produzir). A produção, portanto, é sempre um ramo particular da produção, isto é, um *momento da totalidade*. Enquanto *momento*, ela é em si também uma totalidade na medida em que ela não é somente uma produção particular, ela “é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção” (*ibidem*, p. 41). Toda a produção é a apropriação da natureza pelos indivíduos *no interior de e mediada por* uma *determinada forma* de sociedade (*ibidem*, p.43).

Assim, ao analisar a relação geral existente entre produção, distribuição, troca e consumo, Marx avança no sentido de ressaltar que uma compreensão segundo a qual a produção é a universalidade, a distribuição e a troca é a particularidade, e o consumo a singularidade na qual o todo se unifica, é apenas uma *compreensão superficial* desta relação (*ibidem*, p. 44). Na realidade, cada uma destas particularidades (ou diferenças, como destacado acima) é imediatamente a outra: a produção é imediatamente, em todos os seus momentos, um ato de consumo, uma vez que o indivíduo que desenvolve suas capacidades de produzir, ao fazê-lo, se desgasta, consome sua própria energia, meios de produção, matérias-primas, etc. Cada momento, cada particularidade, possui em sua forma imediata o seu contrário. Marx chama atenção aqui, entretanto, para esta identidade entre produção e consumo: ela é também *aparente* – uma é imediatamente a outra somente na mesma medida em que uma é imediatamente o oposto da outra. O autor demonstra que assim como estes dois momentos (produção e consumo) produzem-se mutuamente, tal produção é também *mediada* por ambos, e neste movimento um produz a finalidade do outro¹¹ (*ibidem*, p. 46-47). Entretanto, nem por isso esses momentos tornam-se a mesma coisa. Pelo contrário, eles conservam suas particularidades. São, neste movimento, – ainda enquanto unidade – opostos. Há uma

¹¹ Marx exemplifica essa questão de forma bastante didática: “A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento. Uma estrada de ferro não trafegada, que, portanto, não é usada, consumida, é uma estrada de ferro apenas potencialmente, não efetivamente. Sem produção, nenhum consumo; mas, também, sem consumo, nenhuma produção, pois nesse caso a produção seria inútil. (...) O consumo cria o estímulo da produção; **cria também o objeto que funciona na produção como determinante da finalidade**. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade. (*ibidem*, p. 46-47; grifos meus; itálico do autor)

não-identidade entre eles que se conserva, mesmo que ambos se constituam mutuamente¹².

Isso significa que o entendimento do sentido da totalidade social depende não só da articulação entre diferenças que compõem uma unidade complexa e dinâmica. Em Marx essa totalidade é acima de tudo *contraditória*: o capitalismo tem a especial particularidade de compor um tecido social que *é e não é ao mesmo tempo*. A igualdade e liberdade estão postas, mas coexistem com a desigualdade, o arbítrio e a opressão. Por isso mesmo – e isso é fundamental – *o capitalismo necessita desenvolver suas contradições*, algo que Marx capta com a noção de *formas sociais* necessárias à reprodução social do capital. Consequentemente, é a figura da *mediação social* a responsável por amalgamar as diferenças sociais, criando com isso uma unidade social indispensável à construção da (instável) ordem social moderna.

No entanto, Marx demonstra que, para um sujeito, produção e consumo *aparecem* como momentos de um mesmo ato, momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, isto é, o *momento que se sobrepõe*. Isto porque “O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. Mas essa última é o ponto de partida da realização e, por essa razão, também o seu *momento predominante*, o ato em que todo o processo transcorre novamente” (*ibidem*, p. 49). Assim, o indivíduo produz um objeto e retorna a si para consumi-lo, mas como indivíduo produtivo e que se autorreproduz. O consumo *aparece* como momento da produção (*ibidem*, p.49). Neste momento, Marx destaca que na sociedade capitalista, a relação do produtor com o produto, tão logo este tenha sido produzido, é uma relação exteriorizada: o retorno do objeto ao sujeito para consumo depende de suas relações com outros indivíduos no seio desta sociedade. O produtor não se apodera dele imediatamente; e a finalidade da produção, quando feita em sociedade, não é a imediata apropriação do produto, e sim, a troca, mediada pela distribuição, que por sua vez é determinada pela própria produção (*ibidem*, p. 50).

Assim, na exposição sobre a relação entre distribuição e produção, o autor ressalta que, em uma concepção mais superficial, a distribuição *aparece* como praticamente autônoma em relação à produção. Porém, em uma concepção mais profunda, é possível perceber que a distribuição dos produtos está incluída no próprio processo de produção e determina a articulação da produção. Da mesma forma, ao

¹² Esta é, segundo Marx, precisamente, a diferença entre a sua dialética e a Hegeliana (MARX, 2011 [1857-1858], p. 48).

analisar a circulação e a troca, Marx argumenta que a troca – e, portanto, a circulação – é também um momento da produção. Este argumento lhe permite ver a *parte enquanto totalidade e a totalidade em cada parte (ibidem, p. 53)*: o resultado de sua conclusão não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que são membros de uma totalidade, *diferenças no interior de uma unidade (ibidem, p. 53)*¹³.

Note-se bem: essas diferenças *aparecem* e, no seu peculiar modo de aparecimento, isto é, no capitalismo, esse *aparecer* adquire o estatuto de uma autonomia plena. É como se – e o caráter de ficção necessária é aqui particularmente importante – a distribuição fosse autônoma; como se a produção fosse autônoma; como se o consumo fosse autônomo. Mas essa sobreposição de autonomias é *aparente*, isto é, refere-se à dimensão de sentido *aparente*, àquilo observável a olho nu na epiderme do capitalismo.

Todas essas referências já nos permitem perceber a complexa relação que permeia as figuras da *aparência e essência*. Não é por outro motivo que Marx ressalta que o modo de produção passado (ou sua fusão com outro modo de produção, no caso da colonização ou pilhagem, por exemplo) é determinante para a nova distribuição que surge: “Apesar de aparecer como pressuposto para o novo período de produção, essa própria distribuição, por sua vez, é um produto da produção, e não apenas da produção histórica em geral, mas da produção histórica determinada” (*ibidem, p. 52*). Ainda, é importante ressaltar que *aparência e essência* não são esferas completamente distintas. A *aparência*, a forma, não constitui uma falsidade, mentira, engano; ao contrário, é parte essencial da própria realidade; nasce dela e a constitui enquanto realidade. Ou seja, em Marx não se trata de procurar um “reino secreto” da *essência*, como se a *aparência* fosse mera empiria enganadora. É o desenvolvimento das oposições sociais – das diferenças que permeiam a *aparência* – que permite caminhar até às contradições que revelam a *essência*. Enquanto momento do real, a *aparência* possui um substrato

¹³ O autor explicita esta questão da seguinte forma: “O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos. P. ex., quando o mercado se expande, i.e., a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da população entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico.” (Marx, 2011 [1857-1858], p. 53)

material; é, neste sentido, concreta: uma *abstração real*. Consequentemente, a totalidade social não é uma identidade com a *aparência* empírico-sensível imediata dos fenômenos sociais e, tampouco poderia, porque aquela não coincide diretamente com a *essência* destes fenômenos.

Ora, se Marx está bastante consciente de que aquilo que é também traz em si sua negação, é necessária uma forma particular de compreender essa realidade. Mais importante ainda, é indispensável uma ferramenta que permita *expor* as contradições constituintes do capitalismo. Mas como apresentar um objeto contraditório? Como apresentar e demonstrar aquilo que o ser *é*, mas também aquilo que ele *não é*?

Como se sabe, a resposta às questões acima passa necessariamente pela compreensão do *método dialético*, exposto por Marx nos *Grundrisse*, enquanto *método de investigação*. Ele é fundamental para compreender o método de exposição nos livros que compõem *O Capital*. Se o primeiro aparece como “o processo de produção do capital”, o segundo como “o processo de circulação do capital” e o terceiro como “as formações do processo como um todo”, isso não deveria levar à interpretação de que há uma separação analítica entre produção, circulação e distribuição. Não se pode perder de vista que aquilo que amálgama esses componentes – e isso é fundamental em um trabalho atento à exposição dialética categorial do sistema conceitual marxiano – é o movimento contraditório *do capital*. É ele que é produzido, circulado e distribuído e que, por isso mesmo, está presente em todos os livros em um movimento dialético¹⁴.

Por isso mesmo, a categoria da totalidade social – em sua representação conceitual tal qual elaborada por Marx – é fruto de um movimento dialético. Se o objeto analisado é contraditório, então é indispensável apresentar sua contraditoriedade. Por isso o significado das categorias iniciais possui o que Fausto denomina “zonas de

¹⁴ É neste sentido que se constitui o itinerário de investigação de *O Capital*: Marx recompõe o capital, a partir de seu movimento real, como totalidade, isto é, como a unidade complexa (livro III) entre seu processo de produção (livro I) e de sua circulação (livro II). O método de exposição de cada momento se inicia nas suas formas mais abstratas e gerais e se dirige em direção à suas determinações mais concretas e aparentes. Por exemplo, no livro I, o autor parte da mercadoria enquanto forma aparente mais geral e abstrata (mais facilmente apreensível na realidade imediata) para chegar à realidade mais profunda – e, portanto, não-aparente – da relação social que a compõe: a expropriação dos trabalhadores (separação de seus meios de produção da vida) e sua exploração no processo de produção capitalista (GONÇALVES, 2018, p. 101-104). Marx demonstra assim, que a mercadoria não é apenas o produto que se vê e que satisfaz uma necessidade humana imediata; ela contém em si esta relação social de exploração e expropriação, trabalho humano vivo passado, cristalizado. Ao mesmo tempo, se observarmos o livro I em relação ao livro III, no primeiro, o capital aparece em sua forma abstrata, genérica, enquanto no segundo, ele aparece como a relação contraditória entre os diversos capitais individuais, ou seja, em sua forma mais complexa. Entretanto, não podemos perder de vista que o conceito de capital – que só se põe de forma completa no Livro III, quando o “capital em geral” é situado na “pluralidade dos capitais” – está essencialmente formulado já no Livro I. Neste último, embora não esteja posto, o capital está pressuposto; a sua gênese já está compreendida: a valorização do valor mediante a extração da mais-valia (exploração).

sombra” (FAUSTO, 1983, p. 35). Ou seja, não é possível obter um esclarecimento conceitual total logo no início de uma exposição dialética categorial. Se se compreende a obscuridade inicial como “intenções não preenchidas”, então a tentativa de preenchê-las “não ilumina as significações, mas as destrói” (FAUSTO, 1987, p. 149). Dessa perspectiva é possível afirmar que cada categoria ganha sentido sistemático por meio de seu posicionamento com respeito às outras categorias e ao todo.

Consequentemente, a chave do argumento marxiano está em considerar o avanço das categorias como um impulso derivado de suas próprias insuficiências para reconstruir a totalidade social. A crítica da economia política é uma *exposição* dialética das categorias que desconstroem não só a escola clássica, mas a ciência que a embasava. Essas categorias possuem uma estruturação lógica interna que se desdobra para reconstruir a totalidade de objeto contraditório e, simultaneamente, *desvelar gradativamente sua aparência mistificadora*, o reino da liberdade e igualdade da sociedade burguesa. Daí a fundamental ideia de que a crítica de Marx se constitui enquanto *crítica social imanente*. O arsenal teórico de Marx *não* avança pela sequência de modelos cada vez mais complexos, mas por uma reconstrução progressiva – a exposição dialética categorial – das formas *do mesmo objeto*, objeto contraditório cuja exposição denuncia a exploração essencial que subjaz à sua aparência.

Essa reconstrução progressiva das formas está relacionada à particularidade que reveste a totalidade social capitalista, em que capital e trabalho se encontram em uma situação assimétrica. Ou seja, na contradição entre capital e trabalho, o trabalho está subordinado ao capital, que, como um vampiro, “vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2013a, p. 307). Na sociedade capitalista, os meios de produção (capital constante, i.e., trabalho morto/trabalho vivo passado cristalizado) são a encarnação do capital que, assim, permitem que ele se apresente ao mesmo tempo como parte e totalidade de seu processo de valorização.

Isso significa que embora o trabalho esteja subordinado ao capital, inserido em seu processo de valorização, ao mesmo tempo o capital não consegue por ele mesmo se pôr enquanto totalidade, já que sua substância não provém dele. Daí ser possível dizer que “essa assimetria na relação entre capital e trabalho assalariado é a forma assumida pela contradição na dialética materialista” (GRESPLAN, 2002, p. 41). Por isso mesmo, na crítica marxiana à economia política é impossível compreender o processo de acumulação do capital como algo equilibrado. O capital tem sempre um “impulso cego

e desmedido” (MARX, 2013a, p. 337), pois sempre será inadequado à “substância”, já que ela consiste não nele mesmo, mas em “seu outro” (GRESPLAN, 2002, p. 43). Conseqüentemente, a contradição tal como posicionada por Marx jamais pode se resolver num fundamento positivo, precisamente porque a “inadequação crônica” entre forma (capital) e conteúdo (trabalho) repousa na “inversão da posição lógica da identidade e da diferença” (GRESPLAN, 2002, p. 44).

Por isso mesmo, em Marx a totalidade social jamais pode ser vista como um resultado da soma das suas diferentes partes. Ela necessariamente é um processo de apreensão dialética da realidade aparente sensível como concreto no pensamento, isto é, um processo de entendimento e questionamento da dimensão de sentido que aparece para nós. Através de sua crítica, Marx apresenta a ideia de que a realidade, tal qual a percebemos é apenas uma verdade parcial. Ela *aparece* para nós através de formas particulares e historicamente específicas. Assim, o movimento do conhecimento, ou seja, a investigação científica, o ato de tentar compreender a realidade social, não deve partir da representação do mundo sensível, empírico, de forma imediata. Caso alguém o fizesse, não seria capaz de enxergar para além da forma; o conhecimento científico constituir-se-ia como mera abstração, incapaz de articular as diversas relações distintivas do real. Implicaria em mero idealismo, i.e., uma percepção ideal sobre a realidade.

Deste modo, a abordagem teórica marxiana é um movimento que, na tentativa de uma maior apreensão da totalidade, parte das determinações mais simples, gerais, abstratas para recompor, no pensamento, o real como materialidade complexa, concreta, “não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (...) síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011 [1857-1858], p.54). Assim sendo, a totalidade não é o real-imediato, mas a sua unidade como concreto concebido pelo pensamento e, por isso, vivo e determinado. Não é apenas o que está exposto, mas também o que está pressuposto nas relações sociais (FAUSTO, 1987).

Por todo o exposto, Marx demonstra que agir sobre o nosso mundo com base em um conhecimento empírico ou factual da realidade, ou seja, apenas com base em sua percepção imediata, envolve necessariamente um erro. Entretanto, como vimos, a realidade não fica à disposição, esperando ser descoberta. Sua revelação depende de investigação científica. No mesmo sentido, não é todo o tipo de investigação científica que nos leva à sua revelação; ao contrário, é necessário uma investigação dialética cujo

ponto de vista específico para que estas possam ser reveladas é o *ponto de vista*¹⁵ do proletariado¹⁶, o sujeito histórico capaz de dirimir, através de sua organização política, a contradição existente entre capital e trabalho.

TRS contemporânea: totalidade social e o nexó gênero-raça-classe

A noção marxiana de totalidade social apresentada acima é especialmente interessante para pensarmos as relações de opressão. Resgatando essa perspectiva, a teoria da Reprodução social contemporânea traz, através de Tithi Bhattacharya, um exemplo das consequências práticas de estarmos atentos à complexa relação entre *essência e aparência*. Ela diz que, por exemplo, a realidade que podemos ver nos diz, recorrentemente, que como trabalhadores brancos normalmente ganham salários maiores do que os trabalhadores negros, nunca poderia haver pautas comuns de luta unindo-os, uma vez que a diferença real, material, empiricamente documentada, entre eles sempre iria alimentar o racismo branco. Segundo a autora, o mesmo poderia ser dito sobre as diferenças materiais reais entre homens e mulheres, mas o que é interessante sobre essas situações reais é que

tentar desafiá-las dentro do contexto estabelecido pelo capitalismo – ou realidade capitalista – teria duas consequências: ou fracasso (por exemplo, como nas numerosas experiências históricas em que o sexismo e/ou racismo dominaram ou sufocaram o movimento dos trabalhadores) ou uma estratégia política que procura superar tais diferenças de raça/gênero entre trabalhadores por meio de apelos morais, pedindo às pessoas que “façam a coisa certa”, mesmo que não seja de seu interesse imediato fazê-lo: embora o trabalhador masculino ganhe mais do que sua contraparte feminina, ele deve se juntar em uma luta em nome dela, porque é a coisa certa a fazer, mesmo que isso não favoreça seus próprios interesses (BHATTACHARYA, 2017, p. 14-15, tradução minha).

Assim, agir sobre o nosso mundo com base em um conhecimento empírico imediato ou factual da realidade, ignorando as mediações que estão pressupostas nesta percepção, envolve necessariamente um erro com consequências práticas. No exemplo

¹⁵ Voltarei a tratar do *ponto de vista* no debate do item 4.3, desta dissertação.

¹⁶ Aqui, não considero o proletariado no sentido vulgarmente apropriado pela tradição marxista, segundo o qual este se restringiria à uma classe trabalhadora urbana e assalariada. Ao contrário, considero os escritos tardios de Marx e as contribuições contemporâneas da teoria da reprodução social (BHATTACHARYA, 2017), para uma concepção expandida desta categoria, que será apresentada no último tópico deste trabalho.

dado por Bhattacharya e exposto na passagem acima, quando temos a noção de que essa na verdade é apenas uma visão parcial da realidade, e olhamos sob o prisma da totalidade, podemos ver que há um interesse material para que trabalhadores brancos se unam aos negros na luta antirracista. No capitalismo, apesar dos privilégios que a branquitude confere aos trabalhadores brancos, sua própria condição social de exploração está diretamente ligada à condição social dos trabalhadores negros. Compreender esta questão depende de um processo de tomada de consciência coletiva e uma luta em comum dependeria do compromisso por parte desses trabalhadores brancos em abrir mão destes privilégios e reconhecer pessoas negras como seres humanos e sujeitos políticos – mas simplesmente enxergar o problema desta forma já nos abre outras possibilidades de análise teórica e de traçar estratégias de luta política.

Uma das consequências de se resgatar a noção marxiana de totalidade social pensamento é resgatar a compreensão de que a multidimensionalidade da vida social não pode ser compreendida pressupondo-se que suas partes – as relações de classe, raça, gênero, sexualidade – sejam “ontologicamente autônomas”. A noção de totalidade nos indica que as partes distintas de um todo social estão internamente relacionadas; elas mediam umas às outras e, ao fazê-lo, constituem-se mutuamente. Como vimos no item anterior, Marx desenvolve essa perspectiva e a exemplifica através da análise das relações capitalistas de produção, consumo, circulação e distribuição: cada uma dessas relações são distintas e possuem propriedades específicas, mas não são ontologicamente separadas, são momentos de uma mesma relação, na qual a produção é concretamente o momento predominante. Porém, dizer que a produção é um momento que predomina não quer dizer que uma determinada relação social é hierarquicamente mais ou menos importante do que a outra. Distintas determinações se sobredeterminam e há determinações que são mais essenciais à produção da vida em determinado período histórico – mas, como vimos, elas não podem existir separadas das outras – pelo contrário, elas só existem por causa das outras e não podem ser essencializadas. Então mesmo essa determinação mais essencial, qual seja, a produção capitalista, não pode existir sozinha, isolada. Ela depende da divisão social de trabalho, de concentração de propriedade, de apropriação privada dos meios de produção, de um processo desigual de distribuição da riqueza produzida, etc. – ou seja, ela depende de relações que pressupõem divisões desiguais pautadas na classe, na raça, na nacionalidade e no gênero. Ela é constituída dessas relações, de forma contraditória - tenta se pôr enquanto totalidade, mas ela contém o seu oposto: contra ela, há resistência., como por exemplo,

uma esfera não mercantilizada no trabalho doméstico não remunerado executado no interior das famílias ou nas tarefas socializadas na forma de serviços públicos em algumas sociedades que estavam na transição para o socialismo, etc.

Neste mesmo sentido, David McNally, um dos autores da teoria da reprodução social contemporânea, localiza as relações de raça e gênero no interior da totalidade social capitalista:

existem propriedades específicas para as diferentes partes de um todo. O olho tem propriedades funcionais particulares bastante diferentes das da mão. **O racismo tem características específicas que nos permitem distinguir, em primeira instância, do sexismo. Mas essas distinções não fornecem definições exaustivas. Eles fornecem um ponto de partida a partir do qual o pensamento desdobra as relações internas de partes com outras partes e com o sistema orgânico como um todo. O racismo, em outras palavras, pode ser entendido como uma totalidade parcial com características únicas que devem, em última análise, ser apreendidas em relação às outras totalidades parciais que compõem o todo social em seu processo de transformação. Cada totalidade parcial, cada sistema parcial dentro do todo, possui características únicas (e uma certa “autonomia relativa” ou, melhor dizendo, autonomia relacional).** O "sistema coração-pulmão", por exemplo, constitui uma totalidade parcial dentro do organismo humano como um todo. Mas nenhuma parte (ou totalidade parcial) é ontologicamente autônoma em si. Cada parte é (parcialmente) autônoma e dependente, (parcialmente) separada e ontologicamente interconectada. Consequentemente, ninguém pode ser adequadamente compreendido como uma unidade autossuficiente fora de sua condição de membro de um todo vivo. Naturalmente, **o todo orgânico é constituído em e através de suas partes - são essas que lhe dão determinação e concretude - mas não é redutível a suas partes. É algo maior e mais sistemático que uma mera soma aditiva.** Há (...) relações de reciprocidade, em vez de mecanismo, entre partes e entre partes e o todo. (...) **partes e todo estão unidos em um único processo-vital: “na reprodução a vida é concreta e é vitalidade...Cada um dos momentos individuais é essencialmente a totalidade de todos; sua diferença constitui a determinação da forma ideal, que é colocada na reprodução como a totalidade concreta do todo”.** Uma totalidade concreta alcança a concretude (“determinação”) através das diferenças que a compõem. Ao mesmo tempo, cada uma dessas diferentes partes carrega o todo dentro dela; como elementos da vida, sua reprodução é impossível fora do todo vivo. (MCNALLY, p. 105-106, tradução e grifos meus)

Ao conceituar relações como o racismo (ou o sexismo) como uma totalidade parcial com características únicas, pertencente à um todo social orgânico, McNally (2017) eleva a compreensão das conexões entre as relações de opressão e o modo de produção capitalista à uma concepção muito mais próxima da complexa realidade social. Assim, no lugar de cruzamentos, ou combinações entre sistemas/relações de opressão ou de dominação externas umas às outras – como supõe a teoria da

interseccionalidade¹⁷ –, há um processo interrelacional no qual as partes contêm o todo e o todo contém as partes; ao mesmo tempo que constituídas e mediadas mutuamente – ou seja, unidas em um único processo vital – as relações de opressão guardam características específicas, particulares, ontologicamente interligadas. Neste sentido, como vimos, o conceito dialético de totalidade envolve compreender um processo contínuo de totalização do capital no qual esta relação social pautada pela produção de valor – que subordina a condição humana ao lucro privado de uma minoria – tenta se impor enquanto totalidade. Porém, essa tentativa de se por do capital está em conflito com outras relações sociais que lhes são contrárias, com outras totalidades. Daí o entendimento de que o capital, no seu processo de totalização, unifica as relações sociais sem suprimir as totalidades parciais constitutivas dele. McNally (2017, p. 106) destaca ainda que as totalidades ou universais não são abstrações da diversidade concreta e da multiplicidade de coisas para Hegel e Marx. Pelo contrário, as totalidades são constituídas na e pela diversidade e dinamismo dos processos da vida real. Uma relação social só pode ser apreendida em relação às outras relações sociais que compõem o todo social em seu processo contínuo de transformação.

Assim, por mais que as origens do patriarcado, do sentimento de alteridade/*othering*, do racismo, da supremacia branca, da família, possam remontar à períodos históricos nos quais o capitalismo não estivesse ainda mundialmente consolidado, fato é que o capitalismo, em sua gênese e universalização, reestrutura hierarquias sociais anteriores e se beneficia delas na mesma medida em que elas o constituem enquanto sistema. Autores como o querido professor Silvio Almeida têm lido esse fenômeno sob a chave do Racismo estrutural: uma relação social que estrutura a sociedade ao mesmo tempo em que é estruturada por ela, mas que foge aos indivíduos. Essa é uma compreensão fundamental.

O capitalismo é um sistema que nasce dessas antigas hierarquias, rompe com alguma delas, reestrutura e preserva outras, unificando diferentes relações sociais em uma totalidade complexa, e nesse processo, modificando todas. Isso é simplesmente dizer que algumas formas sociais que preexistiam ao capitalismo foram preservadas porque foram defendidas pelas pessoas – por pessoas que pertenciam tanto às classes

¹⁷ Em sua própria ontologia, a teoria da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) considera a incidência de múltiplos sistemas de opressão/dominação sobre um determinado indivíduo ou grupo social. A própria ontologia do conceito – interseccionar – não só permite a compreensão de que cada forma de opressão constitui um sistema distinto, como deixa em aberto a compreensão da existência de um sistema único. A visão de totalidade apresentada aqui, assim como a defendida por Davis (2016 [1981]), é diferente.

subalternizadas quanto às classes dominantes e que por razões diferentes, muitas vezes contraditórias, ansiaram por preservá-las – ao mesmo tempo em que elas também foram reforçadas e modificadas por políticas sociais intencionais por parte dos Estados capitalistas, de forma que *através de processos sociais complexos e às vezes contraditórios, formas sociais compatíveis com a reprodução privada da força de trabalho* foram tanto preservadas quanto adaptadas, formando a ordem burguesa branca e heteropatriarcal moderna. Esta ressalva, que considera, inclusive, o papel fundamental da própria classe trabalhadora na manutenção das opressões, explica ao mesmo tempo a permanência e reestruturação de algumas formas e hierarquias sociais, e sobretudo a o caráter específico dessas relações no capitalismo.

Considerações finais: principais contribuições contemporâneas da TRS à luz da noção de totalidade social

Como vimos no primeiro item deste artigo, a renovação da TRS no século XXI se trata de uma reação prático-teórica de intelectuais críticos, marxistas e ativistas de esquerda às três décadas de reestruturação neoliberal, que, com o aprofundamento de sua crise estrutural desencadeada a partir de 2007-2008, avança através da intensificação das formas de expropriação e exploração, e do despertar do autoritarismo em escala global (GONÇALVES; MACHADO, 2018). A precarização das relações de trabalho e o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores, conduzidas através da comodificação, financeirização e militarização das relações sociais, marcam a presente conjuntura. Diante deste cenário, a configuração contemporânea da teoria da reprodução social exige a reconstrução de pontes transnacionais de solidariedade que possibilitem à classe trabalhadora uma compreensão universal da condição humana e ofereçam alternativas concretas de emancipação. Tal reconstrução depende diretamente da consideração das múltiplas relações de opressão que constituem o capitalismo e de uma nova conceitualização sobre *quem é* a classe trabalhadora. Esta conceitualização passa por uma reflexão sobre sob quais mediações sociais as frações desta classe estão enredadas e quais seriam os mecanismos materiais que possibilitariam a sua união. Assim, em um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais econômicas e

extraeconômicas, destacando como as categorias de opressão são produzidas de forma simultânea e imbrincada à produção de mais-valia, a *Teoria da Reprodução Social* reúne hoje um conjunto de intelectuais e ativistas que questionam: quais seriam as determinações ou contradições que deveriam necessariamente ser compreendidas como constitutivas e essenciais ao funcionamento do sistema capitalista e, portanto, consideradas em sua superação? (BHATTACHARYA, 2017, p.7-14).

É neste sentido que, como vimos, ao resgatar a noção de totalidade social em Marx, a TRS contemporânea traz reflexões fundamentais para compreendermos as relações sociais de opressão no capitalismo. Dentre as muitas contribuições trazidas por esta teoria, destaco seis que, diretamente ligadas à perspectiva da totalidade, considero hoje as mais importantes para tal compreensão.

Uma primeira contribuição é que esta teoria resgata a noção de que a categoria essencial do capitalismo, sua força motora, é o trabalho humano e não as mercadorias. Ao fazer isso, ela expõe a superficialidade do que nós comumente entendemos ser os processos “econômicos”, desmistifica as dicotomias e restaura ao processo econômico o seu componente fundamental: os seres humanos generificados e racializados, as relações às quais estão imbrincados e a sua agência (BHATTACHARYA, 2017, p. 19). Ao fazer isso, a teoria da reprodução social ela nos oferece também, uma visão expandida da produção capitalista, e revela um pressuposto universal humano: as pessoas precisam ser produzidas (ou produzir-se), e tarefas como dar à luz, cuidar e manter seres humanos demanda grandes quantidades de tempo, recursos e trabalho (ARRUZZA, et al., 2019, p. 105-106). Muito desse trabalho ainda é feito pelas mulheres e invisibilizado – na maioria das vezes lido socialmente como atos de amor – a sociedade capitalista não confere nenhum valor a ele, mesmo dependendo integralmente dessas atividades. Isso tem consequências desastrosas para a vida de muitas mulheres, que têm triplas jornadas de trabalho. Esta teoria então se refere – e assim, politiza – o domínio mais específico da renovação e da manutenção da vida que abrange três elementos fundamentais: a reprodução biológica da espécie (que corresponde a maior parte da reprodução geracional da força de trabalho), a reprodução cotidiana da força de trabalho e a reprodução das necessidades de provisão e cuidado dos potenciais portadores da força de trabalho ou dos que se tornaram inaptos para ele, destacando a centralidade desse trabalho como uma parte do trabalho necessário no interior de todo o processo de reprodução societal da sociedade (BRENNER e LASLETT, 1989, p. 383-384).

Esta perspectiva, central à TRS, nos leva à segunda contribuição importante: essa Teoria revela que a dicotomia entre produção e reprodução social, sendo a primeira ligada à esfera pública, econômica e a segunda, ligada à esfera privada, social, é uma dicotomia superficial. Essa é mais uma *forma histórica de aparência* específica do capitalismo, na qual o capital se põe enquanto processo. Para a TRS, o trabalho realizado nas duas esferas – econômica (geralmente ligada ao local de trabalho) e social (identificada como o lar) – deve ser teorizado de maneira integrada, pois entender a relação entre essas esferas revela que o trabalho não-remunerado realizado pelas mulheres é o pressuposto da produção capitalista e portanto, está na base desse sistema, o que nos ajuda a considerar as direções estratégicas para a luta de classes. Além disso, romper com esta dicotomia e considerar uma visão expandida da produção, nos oferece elementos importantes para reinterpretar as relações existentes entre a produção por subsistência – presente ainda hoje, sobretudo, no que tange às comunidades indígenas – e a produção capitalista, reconsiderando realidades de resistência anticolonial (HALL, 2016).

A terceira contribuição trazida pela TRS é a noção de que embora as atividades de reprodução ocorram de uma forma ou de outra em todas as sociedades, nas sociedades capitalistas elas estão, especificamente, subordinadas ao capital, ou seja ao impulso que subordina a vida à produção do lucro e que exige que o trabalho reprodutivo produza e substitua a “força de trabalho”. O trabalho assalariado para a produção de lucro não poderia existir sem o trabalho não assalariado da produção de pessoas. A reprodução social, o trabalho reprodutivo, é a condição de todo e qualquer trabalho assalariado ao mesmo tempo em que é determinada pela própria produção capitalista. Assim, a TRS revela também uma contradição fundamental e essa é a quarta contribuição que eu gostaria de ressaltar aqui: que a sociedade capitalista é composta de dois imperativos necessariamente entrelaçados, mas mutuamente opostos, contraditórios – por um lado, a necessidade de o sistema se sustentar por meio de seu processo característico de obtenção de lucro contra, por outro lado, a necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de processos de produção de pessoas. O capitalismo gera um cenário no qual duas relações distintas – as relações particulares que aderem à produção de um lado e à reprodução, de outro, são, no entanto, contraditoriamente unificadas (BHATTACHARYA, 2017, p.11). Essa contradição se desdobra no fato de que para produzir cada vez mais valor, o capital tende a precarizar as condições de reprodução da força de trabalho.

Ao abordar esta contradição, Bhattacharya (2017b, p.73, *et seq.*) destaca que o padrão das necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, isto é, a sua “cesta básica”, é determinada, contingencialmente, pela luta de classes e, portanto, pelo desenvolvimento histórico de cada sociedade. Esta cesta básica determina o valor da força de trabalho, esta última, elemento central das relações de produção capitalistas. Aqui, há dois “momentos da produção” diferentes, que envolvem o valor da força de trabalho: do ponto de vista do capital, esta é um meio de aumentar a mais-valia extraída, e do ponto de vista dos trabalhadores, é um meio de garantir o seu desenvolvimento. O ponto da reprodução social é, portanto, local privilegiado do conflito de classe. Este conflito é eivado de tendências contraditórias: ao comandar o processo de produção, a classe capitalista tende a limitar as necessidades e o consumo da classe trabalhadora. No entanto, para assegurar a constante realização da mais-valia, o capital também precisa criar novas necessidades de consumo na classe trabalhadora e, então, “satisfazer” essas novas necessidades com novas mercadorias. A expansão das necessidades de consumo dos trabalhadores é, portanto, uma condição inerente à produção e expansão capitalista. Ainda, o crescimento das necessidades dos trabalhadores não é um dado absoluto; a posição da classe trabalhadora sob o capitalismo é relativa, *i.e.*, existe somente *em relação* com a classe capitalista. Portanto, quaisquer mudanças nas necessidades e no nível de satisfação dos trabalhadores também implica mudanças de mesmo grau para os capitalistas. Se o padrão de consumo das classes dominantes aumenta, aumenta também a *necessidade* da classe trabalhadora, que aspirará atingir o mesmo padrão (BHATTACHARYA, 2017b, p.79).

Esta *necessidade*, faz com que a elevação no padrão das condições de reprodução da força de trabalho também se torne uma aspiração da classe trabalhadora, o que Bhattacharya chama de “objetivo *ideal*” dos trabalhadores. Entretanto, tal objetivo – que implica, em resumo, atingir um padrão de vida similar ao da classe capitalista – jamais consegue se realizar no interior deste processo de produção (que, como vimos, é voltado para a valorização do valor e não para o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores). Assim, “os trabalhadores, devido à própria natureza do processo, são sempre reproduzidos como *carentes* do que necessitam” (BHATTACHARYA, 2017b, p. 82). Aqui, o argumento de Bhattacharya (2017) se aproxima da realidade denunciada pelas feministas negras estadunidenses na década de 1960, como a alegação de Francis Beale (2005 [1969]) de que a maioria dos trabalhadores negros nos EUA permaneciam em condições subhumanas de trabalho,

sem se revoltar, com a perspectiva de atingir um padrão de vida (e portanto, também de consumo) da classe média branca, inalcançável às comunidades negras.

Neste sentido, um grande desafio à organização da classe trabalhadora é o fato de que uma luta que aborde o problema nesta extensão, ou seja, que confronte o capital “em geral”, o capital em sua totalidade, não possui marcos bem delineados de confronto. Diferentemente da luta contra o capital individual no local da produção, aonde os atores estão bem definidos (de um lado o chefe ou dono da empresa, e do outro, os seus empregados e sindicatos), o poder do capital fora do local de trabalho é qualitativamente diferente (BHATTACHARYA, 2017b, p. 84). Ainda assim, para a Teoria da Reprodução Social lutas mais amplas, inclusive aquelas que emergem fora da esfera produtiva, i.e., fora do local e das relações de trabalho, devem ser consideradas como aspectos da luta de classes. Bhattacharya afirma que “todo movimento social e político “tendendo” na direção de ganhos para a classe trabalhadora como um todo, ou de desafiar o poder do capital como um todo, deve ser considerado um aspecto da luta de classes” (BHATTACHARYA, 2017b, p. 85-86). A autora ressalta que, significativamente, uma das maiores tragédias da destruição do poder da classe trabalhadora e a dissolução das comunidades vivas do proletariado tem sido a perda na prática desse insight sobre a totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho. Dessa forma, lutas por melhores condições de vida (pela vida e o bem-viver), por recursos naturais, por direitos humanos, por moradia, pelo meio-ambiente, contra as medidas de austeridade, e contra a violência policial, por exemplo, devem ser consideradas aspectos da luta de classes (BHATTACHARYA, 2017b, p. 86-88).

Esta compreensão nos leva à uma necessária reconstrução do significado da categoria “classe trabalhadora” ou “proletariado”, e essa é a quinta contribuição importante dessa teoria que destaco neste trabalho. Para a TRS contemporânea, ao teorizar sobre a classe trabalhadora, “é essencial reconhecer que os trabalhadores têm uma existência para além do local de trabalho. O desafio teórico reside, portanto, na compreensão da relação entre essa existência e a de suas vidas sob o domínio direto do capitalista”, o que necessita de uma investigação que leve em consideração as especificidades da concretude de cada realidade a ser analisada (BHATTACHARYA, 2017b, p. 69). Dessa forma, compreender a complexidade e diversidade da vida sob o capitalismo, depende não só da percepção dos processos que servem à reprodução das condições de vida das pessoas, mas também da consciência de que a classe trabalhadora

é produzida através de processos *diferenciados*. Isto é, analisar a relação existente entre relações de produção e relações de reprodução social, implica considerar que, concretamente, diferentes frações da classe trabalhadora possuem diferentes níveis de acesso a aspectos básicos para produção e reprodução de sua força de trabalho. O acesso à alimentação, moradia, saúde, educação, lazer e transporte, bem como ao trabalho, está diretamente ligado às relações de raça, gênero, sexualidade, etc. É nesse sentido, tendo a noção de totalidade social ao fundo, que Angela Davis diz que o gênero e a raça são formas pelas quais a classe é vivida (DAVIS, 1997). Aqui, vale destacar que o objetivo da teoria da reprodução social é providenciar respostas a questões concretas como “que tipos de processos permitem que os trabalhadores cheguem diariamente em seu local de trabalho, prontos para produzir a riqueza da sociedade?” (BHATTACHARYA, 2017, p. 2). Assim, a TRS nos leva a pensar não só que papel a educação, os espaços de lazer, a rede de transportes públicos, o café da manhã ou uma boa noite de sono desempenham cotidianamente para que os trabalhadores estejam aptos para o trabalho, mas também nas diferenças do acesso à estas condições de reprodução. Responder a tal pergunta, depende diretamente de uma compreensão sobre *quem* compõe a classe trabalhadora global hoje em toda sua diversa subjetividade, e uma abordagem da *relação* entre *exploração* e *opressão*. Segundo Bhattacharya (2017b, p. 89), devemos adotar uma concepção ampliada de classe trabalhadora, para considerar como proletariado “todos os membros da classe produtora que tenham participado, durante algum momento de sua vida, da totalidade da reprodução da sociedade - independentemente de o trabalho ter sido pago ou não pelo capital”. Isso deve incluir todos aqueles despossuídos dos seus meios de produção e subsistência, que compõem a força de trabalho ativa (formal e informal, na cidade e no campo, remunerada ou não), e a superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva. O objetivo desta reconsideração é restaurar um sentido de totalidade social à noção de classe, e partir daí reformular a percepção geral da classe trabalhadora sobre a arena da luta de classes – o que inclui seus laços de solidariedade. A luta de classes não deve ser confundida ou restrita a lutas no local de trabalho; ao contrário, a luta de classes pode assumir diversas formas.

E assim chegamos à última contribuição da Teoria da Reprodução Social contemporânea que eu quero ressaltar aqui. Essa teoria traz também uma chave essencial para analisarmos a interrelação entre gênero, raça e classe, ao mesmo tempo em que consideramos as suas especificidades. Ao se debruçar sobre o trabalho de

produção de seres humanos, a TRS revela que no capitalismo essas atividades são essencialmente executadas por mulheres e por raças subalternizadas – em países de diáspora africana, como o Brasil, por exemplo, são jogadas nas costas de mulheres negras, enquanto em países centrais, cada vez mais se fala em cadeias globais de cuidado, onde o trabalho precarizado de mulheres imigrantes se torna fundamental. Isso porque o processo histórico real pelo qual o capitalismo emergiu em nosso mundo envolveu integralmente relações sociais de raça e dominação racial, de gênero e dominação heteropatriarcal. Estas são características necessárias do capitalismo histórico em que vivemos. Mesmo quando o trabalho socialmente reprodutivo se torna assalariado, ele ainda é generificado e racializado.

É neste sentido que Angela Davis (2016 [1981]) teoriza sobre um modo capitalista de produção e reprodução que implica relações historicamente específicas de gênero e opressão racial. Em *Mulheres, Raça e Classe*, a opressão de gênero e as condições de sua superação estão intrinsecamente entrelaçadas à estrutura capitalista da economia e às relações racistas, ou seja, por mais que sejam relações diferenciadas, específicas, elas constituem um sistema integral. Ela mostra as interrelações sistemáticas através das quais a dominação racial e de gênero estão totalmente entrelaçadas com a exploração capitalista - tanto que elas não podem ser legitimamente consideradas separáveis, mesmo que elas permaneçam analiticamente distintas em um certo nível de abstração” (MCNALLY, 2017, p. 111). Isto se evidencia se considerarmos que, o resultado da análise de Davis (2016 [1981]) considera que mudanças em qualquer destas relações pressupõem mudanças em todas as outras e no sistema como um todo. É nesse sentido que ela fala que lá da base, nós mulheres negras quando nos movimentamos balançamos toda a estrutura. Essa frase é emblemática, e ela não quer dizer que só porque estamos na base temos a potência de, ao nos levantar, implodir essa sociedade como se fosse um castelo de cartas; não é apenas o lugar específico em que nós estamos – a nossa potencialidade revolucionária está na forma pela qual esse lugar pode se relacionar com outras partes dessa totalidade para derrubar a estrutura. Dessa forma, McNally demonstra que a obra de Davis confirma que é possível afirmar que o efeito do processo histórico (racismo) tornou-se, assim, uma causa (capitalismo racializado), e é sistematicamente reproduzido na e pela reprodução do modo de produção capitalista. O mesmo pode ser dito de todas as múltiplas relações de poder social, seja das relações de gênero, dominação racial e sexual à exploração

capitalista. Elas formam um todo social complexo, no qual “cada um dos momentos individuais são essencialmente a totalidade do todo”. Neste ponto, sua perspectiva também converge com a de Bannerji (1995, p.144): Assim, a raça não pode ser desarticulada da classe ou do gênero, porque constituem, essencialmente, o mesmo fenômeno.

Por fim, ainda que em sua formulação inicial a TRS tenha pensado apenas na opressão de gênero – como teorização proposta por Lise Vogel – a Teoria da Reprodução Social (TRS) ressurge, no século XXI, informada pelos feminismos negros e pós-coloniais e reabre condições de possibilidade para a reconstrução de alternativas concretas de emancipação e pontes transnacionais de solidariedade. Isto inclui a reformulação da noção de classe trabalhadora e dos mecanismos materiais que possibilitariam sua união – sem que suas especificidades de raça, gênero e sexualidade sejam subsumidas ou hierarquizadas, tanto na teoria quanto na prática. Assim, ao desvelar as formas não remuneradas de trabalho que constituem as experiências femininas e racializadas no mundo e ao analisá-las dialeticamente, feministas-marxistas da reprodução social possibilitam uma compreensão unitária da condição humana sob o capitalismo ao compreender estas relações como momentos de uma totalidade social complexa e contraditória.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BANNERJI, Himani. “But Who Speaks for Us?” In BANNERJI, Himani, *Thinking Through: Essays on Feminism, Marxism and Anti-Racism*. Toronto: Women’s Press, 1995.

BEALE, Francis. “Double Jeopardy: To Be Black and Female” [1969]. In BAMBARA, Toni; TRAYLOR, Eleanor. *The Black Woman: An Anthology*. New York: Washington Square Press, 2005.

BENSTON, Margaret. *The political economy of women’s liberation*. Reprinted from Monthly Review, 1969. Toronto: New Hogtown Press, 1973.

BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

_____. “How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class”. In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. p. 68-93. London: Pluto Press, 2017b.

BRENNER, Johanna. “Review: Marxist Theory and the Woman Question”. *Contemporary Sociology*, v. 13, n. 6, p. 698-700, 1984.

BRENNER, Johanna; LASLETT, Barbara. “Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives.” *In Annual Review of Sociology*, 15, p. 381-404, 1989.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. “The Combahee River Collective Statement”. Boston, 1977. In Morris, Catherine; HOCKLEY, Rujeko. *We wanted a revolution: Black radical women, 1965-1985. A sourcebook*. New York: Brooklyn Museum, p. 176-183, 2017.

COULTHARD, Glen S. “Subjects of Empire: Indigenous Peoples and the ‘Politics of Recognition’ in Canada”. *In Contemporary Political Theory*, 6, p. 437–460, 2007.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. The University of Chicago Legal Forum, Chicago, n. 140, p. 139-167, 1989.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The Power of Women and The Subversion of The Community*. Bristol: Falling Wall Press and a group of individuals from the Women’s Movement in England and Italy, 1975 [1971].

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

_____. “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”. 1997. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 12/11/2018.

FAUSTO, Ruy. *Marx – Lógica e Política*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. *Marx – Lógica e Política*. Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Capital, força de trabalho e relações de gênero”. Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. *In Revista Outubro*, n. 29, p. 23-59, novembro de 2017.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Marx está de volta! Um chamado pela virada materialista no campo do direito. *In Revista Direito e Práxis*, vol. 5, n. 9, p. 301-341, 2014.

_____. Valor, expropriação e direito: sobre a forma e a violência jurídica na acumulação do capital. In: Boschetti, I (Org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018, p. 101-130.

GRESPLAN, Jorge. “A dialética do avesso”. In: *Crítica Marxista*, nº 14, p. 26-47, 2002.

HARVEY, David. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. London: ProfileBooks LTD, 2015a [2014].

_____. Symposium on “Seventeen Contradictions and the End of Capitalism”. In *Syndicate Network*. 2015b. Disponível em: <https://syndicate.network/symposia/theology/seventeen-contradictions-and-the-end-of-capitalism/> > Acesso em: 20/11/2018

HALL, Rebecca. “Reproduction and Resistance: An Anti-colonial Contribution to Social-Reproduction Feminism.” *Historical Materialism* 24.2: 87–110. 2016.

HARTMANN, Heidi. “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union [1975]. In SARGENT, Lygia (org). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981, p. 1-42.

HEIDER, Asad. *Race and Class in the Age of Trump*. London; Brooklyn, NY: Verso, 2018.

MCNALLY, David. “Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory”. In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011 [1857-1858].

MORTON, Peggy. "Women's Work is Never Done". Toronto: *WomenUnite!*, ed. Canadian Women's Educational Press, 1972 [1970].

ROEDIGER, David. *Class, Race and Marxism*. New York: Verso, 2017.

SALEM, Sara. “Critical interventions in debates on the Arab revolutions: centring class”, In *Review of African Political Economy*, 2017.

_____. “Intersectionality and its discontents: Intersectionality as traveling theory”. In *European Journal of Women’s Studies*, p. 1-16, 2016.

SECCOMBE, Waly. “The Housewife and Her Labour under Capitalism” In *New Left Review* Issue 83, January-February 1974.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, [1983] 2013.

THOMPSON, E.P. *Formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.

YOUNG, Iris. "Beyond the Unhappy Marriage: A Critique of the Dual Systems Theory". In SARGENT, Lygia (org). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981. p. 43-70.

WILLIAMS, Fiona. "Race/Ethnicity, Gender, and Class in Welfare States: A Framework for Comparative Analysis". In *Social Politics*, summer 1995.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1995].